



OS IMPACTOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) NO MUNICÍPIO DE BURITICUPU-MA ATÉ O ANO DE 2019

Cleilson Ramos da Silva¹
Orleans Moraes dos santos²

Resumo

A agricultura familiar discreta na economia nacional, eclode por meios das políticas públicas (PP), assim, o Programa Nacional de Alimentação escolar (PNAE), reformulado através da Lei n. 11.947 de 2009, garante que no mínimo 30% dos repasses do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação sejam investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar. Visto que, o PNAE contribui na economia de Buriticupu, que o presente estudo tem como objetivo analisar os impactos do PNAE em Buriticupu até o ano de 2019, analisando seus efeitos socioeconômicos. A metodologia é caracterizada quanto aos objetivos, de cunho exploratório-descritiva, utilizando procedimentos técnicos de pesquisa bibliográfica, documental e levantamento, com a interrogação dos coordenadores do PNAE, através de entrevista, com uma abordagem quali-quantitativa. Assim, o PNAE impacta, no fomento rural sustentável beneficiando diretamente 365 produtores e seus familiares, aumento do poder de compra e acesso aos bens de consumo. Os resultados do projeto são, de grande interesse e relevância para a compreensão dos resultados do PNAE junto à agricultura familiar e para os agricultores conhecerem mais sobre a PP.

Palavras-chave: Pnae. Impactos. Buriticupu. Programa. Alimentação

THE IMPACTS OF THE NATIONAL SCHOOL FOOD PROGRAM (PNAE) IN THE MUNICIPALITY OF BURITICUPU: A REVIEW OF THE LITERATURE

Abstract

Discreet family farming in the national economy emerges through public policies (PP), thus the National School Food Program (PNAE), reformulated through Law no. 11,947 of 2009, guarantees that at least 30% of transfers from the National Education Development Fund are invested in the acquisition of family farming products. Since the PNAE contributes to the economy of Buriticupu, this study aims to analyze the impacts of the PNAE in Buriticupu until 2019, analyzing its socioeconomic effects. The methodology is characterized in terms of objectives, of an exploratory-descriptive nature, using technical procedures of bibliographical, documentary and survey research, with the interrogation of PNAE coordinators, through interviews, with a qualitative-quantitative approach. Thus, the PNAE impacts

¹ Instituto Federal de educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA). Buriticupu, Maranhão, Brasil. □ www.ifma.edu.br

² Instituto Federal de educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA). Buriticupu, Maranhão, Brasil. □ www.ifma.edu.br

sustainable rural development, directly benefiting 365 producers and their families, increasing purchasing power and access to consumer goods. The results of the project are of great interest and relevance for understanding the results of the PNAE in family farming and for farmers to learn more about PP.

Keywords: Pnae. Impacts. Buriticupu. Program. Food.

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar que no cenário nacional da economia sempre foi discreta e sem grandes participações, eclode no cenário econômico por meios das políticas públicas, que vem fortalecendo o produtor rural e garantindo a ascensão destes pequenos produtores de forma a dar ênfase no produtor rural para que exerça a sua função no campo. Dentre as muitas políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, destaca-se o Programa Nacional de Alimentação escolar (PNAE), reformulado através da Lei n. 11.947 de 2009, que garante que no mínimo 30% dos repasses do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), sejam investidos na aquisição direta de produtos da agricultura familiar. A Lei n. 11.947, de 2009, instituiu novos parâmetros ao PNAE democratizando e descentralizando as compras públicas incluindo como beneficiário direto a agricultura familiar. “Essa mudança permitiu a compra de alimentos saudáveis e com vínculo regional, produzidos diretamente pela agricultura familiar no âmbito local e gerando desenvolvimento sustentável”. (FNDE, 2018)

Segundo dados do PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica) 2019, que abordou a temática, “A Influência do programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para o fortalecimento da agricultura familiar na comunidade PA410 em Buriticupu”, o município de Buriticupu é constituído de 17 assentamentos, provenientes da “Reforma Agraria”, dentro do Programa são atendidos de 4 a 5 assentamentos como a PE. Buriti, Vila União Portugal, PE. Pindaré, PE. Vila Santa Maria. Dentro dos espaços dos assentamentos existem as Agrovilas, como a PA410 do assentamento PE. Buriti que participa do programa. As Políticas Públicas afetam a todas as pessoas independentemente da cor, sexo, nível de escolaridade ou social. A importância das políticas públicas em Buriticupu cresce a cada dia, a instabilidade financeira e a fome nos levam a um terceiro ponto

importante, a evasão escolar, o medo e insegurança alimentar dos alunos e pais fizeram esse número crescer.

Visto que, o Programa Nacional de Alimentação Escolar tem participação direta na economia local do município por meio dos agricultores familiares beneficiados pelo programa, que o presente estudo tem como objetivo analisar os impactos do Programa Nacional de Alimentação Escolar em Buriticupu até o ano de 2019, analisando seus efeitos socioeconômicos. Conforme informações da Secretaria Municipal de Educação, no município de Buriticupu, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) está funcionando desde 2013 chegando em 2019 com 365 (trezentos e sessenta e cinco) pessoas cadastradas, atendendo diretamente mais de 1.500 pessoas considerando o núcleo familiar, distribuídas nos assentamentos de reforma agrária do município.

A metodologia é caracterizada quanto aos objetivos, como de cunho exploratório-descritiva, utilizando procedimentos técnicos de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e levantamento, com a interrogação direta dos coordenadores do PNAE, através de entrevista, com uma abordagem quali-quantitativa. A pesquisa será aplicada através de entrevista ao Coordenador do PNAE em Buriticupu na Secretaria Municipal de Educação que atende aos beneficiados pelo programa no município.

Assim, como os principais impactos socioeconômicos do PNAE no município de Buriticupu até o ano de 2019, estão o aumento do poder de compra e acesso aos bens de consumo pelos produtores rurais movimentando a economia local a partir dos recursos do FNDE, melhoria da situação econômica das famílias e do município, diversificação da produção com comercialização também na Feira Municipal da Agricultura Familiar, excedente que não é fornecido ao PNAE.

Os resultados da pesquisa são de grande interesse e relevância para a compreensão dos resultados do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) junto à agricultura familiar, para os agricultores beneficiados, também aqueles que um dia poderão participar do programa conhecerem mais sobre a política pública e para a avaliação dos resultados à Prefeitura Municipal que viabiliza o programa. Como o avanço ainda é recente do programa, os agricultores ainda sofrem as inseguranças de depender totalmente da agricultura familiar, vale ressaltar que o

conhecimento e divulgação do programa é importante para que esta política pública seja de fato uma peça econômica fundamental nas vidas destes agricultores.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRICULTURA FAMILIAR

2.1 Definições e histórico das Políticas Públicas

Desde o seu surgimento as políticas públicas já se inserem como ferramenta fundamental na sociedade, o desdobramento social que surgiu como meio entre governo, estado e população ganhou força na sociedade e passou a ser utilizado como solução em muitos casos, nos primórdios de sua existência.

De acordo com Souza (2006) “as políticas públicas como ferramenta do governo e do estado tem origem durante a guerra fria como forma de combater as consequências, em 1948, a organização não governamental por RAND Corporation, considerada a precursora do Think Tanks (tanque de pensamentos), financiadas com recurso público”.

Segundo Celina Souza (2006), “as políticas públicas (PP) entendidas como a área do conhecimento e disciplina surgiu nos Estados Unidos nos anos de 1950, os Estados Unidos levam as PP no meio acadêmico sem diálogo com as bases teóricas do papel do estado”. Segundo Bucci (2002, p. 38), “políticas públicas são arranjos institucionais complexos, que se expressam em estratégias ou programas de ação governamental e resultam de processos juridicamente definidos para a realização de objetivos politicamente determinados, com o uso de meios à disposição do Estado”.

O Estado é o norteador do seguimento política pública que determina os objetivos, assim o estado assume um papel regulador para manter a sua legitimidade. Majoritariamente as políticas públicas são elaboradas em meio a conflitos sociais e/ou político-econômicos em que as questões sociais se elevam ao ponto de proporcionar uma mudança no plano adotado pelos governos para manterem a sua governabilidade.

Em virtude disso as políticas públicas nos últimos anos ganharam maior visibilidade do campo de conhecimento, sobretudo nos países em desenvolvimento

e democracia recente como é o caso do Brasil. “Nota-se a dificuldade em conseguir formar coalizões políticas capazes de equacionar minimamente a questão de como desenhar políticas públicas capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e de promover a inclusão social de grande parte de sua população”. (SOUZA, 2006, p. 21). “A política pública tende a estabelecer uma finalidade o que diferenciaria dos princípios, pois estes tendem a estabelecer um direito individual”. (DWORKIN, Levando os Direitos a sério. p. 142).

Ainda assim a concepção de Política Pública resta vaga. É necessário tornar este conceito algo que possibilite a interpretação do disposto no ordenamento sobre o assunto. Elas chegam a ser definidas como Programas de ação governamental com a finalidade de coordenar os meio à disposição do Estado e as atividades privadas para a realização de objetivos importantes para a sociedade e politicamente determinados. BUCCI, Direito Administrativo e Políticas Públicas. p. 241

Mas o que é uma política pública? Para Saraiva e Ferrarezi (2007), “trata-se de um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade, decisões condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e modificações que elas provocam no tecido social, bem como pelos valores, ideias e visões dos que adotam ou influem na decisão, é possível considerá-las como estratégias que apontam para diversos fins, todos eles, de alguma forma, desejados pelos diversos grupos que participam do processo decisório”.

Assim, uma política pública é algo que um dia foi uma exigência da população, que organizadamente a fez chegar a seus representantes do Poder Legislativo: senadores, deputados federais, estaduais e vereadores. A implementação dessas políticas é de responsabilidade do Executivo: prefeitos, governadores e presidente.

2.2 Políticas Públicas para a Agricultura Familiar

As políticas públicas são essenciais para a vida da sociedade de interesse público, podem transformar uma população e o seu modo de sobrevivência. Para Theodor Lowi (1964; 1972), “a política pública pode assumir quatro formatos, o primeiro é o das políticas distributivas, decisões tomadas pelo governo que

desconsideram a questão dos recursos limitados, gerando impactos mais individuais do que universais, ao privilegiar certos grupos sociais ou regiões em detrimento do todo”.

Políticas públicas que favorecem o clientelismo e o patrimonialismo, por exemplo, seriam exemplos de políticas distributivas. O segundo é o das políticas regulatórias, que são mais visíveis ao público, envolvendo burocracia, políticos e grupos de interesse. O terceiro é o das políticas redistributivas, que atinge maior número de pessoas e impõe perdas concretas e no curto prazo para certos grupos sociais e ganhos incertos e futuro para outros; são, em geral, as políticas sociais universais, o sistema tributário e o sistema previdenciário e são as de mais difícil encaminhamento. O quarto é o das políticas constitutivas, que lidam com procedimentos. Cada uma dessas políticas públicas vai gerar pontos ou grupos de vetos e de apoios diferentes, processando-se, portanto, dentro do sistema político de forma também diferente.

Conforme Cunha e Cunha (2002), “as políticas públicas têm sido criadas pelo Estado como respostas às demandas que emergem da sociedade e do seu próprio interior, representando o compromisso público de atuação numa determinada área em longo prazo, é mediante as políticas públicas que são distribuídos ou redistribuídos bens e serviços sociais, em resposta às demandas da sociedade”. “Por isso, o direito que as fundamenta é um direito coletivo e não individual”. (PEREIRA, 1996 *apud* DEGENNSZAJH, 2000, p. 59).

Ademais um direito coletivo é importante para que haja a segurança no processo de produção ao longo do tempo para os agricultores, a agricultura familiar vem se desenvolvendo nos últimos anos mostrando-se assim um forte componente econômico, gerando empregos fixos e contribuindo diretamente na renda dos agricultores familiares impactando assim a economia local e nacional.

Desse modo conforme afirmam Prado *et al* (2013), “a agricultura familiar ainda é a forma predominante de produção agrícola em várias regiões do Brasil, sendo essencial para a economia de vários municípios”. Para Bittencourt e Di Sabatto (1999), “o papel da agricultura familiar no desenvolvimento brasileiro vem sendo objeto de discussão e tem ocupado espaço nos últimos anos, principalmente pela relevância que vem adquirindo o debate sobre desenvolvimento sustentável,

geração de emprego e renda, segurança alimentar e nutricional e desenvolvimento local”. Assim, o desenvolvimento social por meio da agricultura familiar remete ao sucesso e popularização das políticas públicas para a agricultura familiar. Por meio dessas os camponeses começam a ser reconhecidos e assim seus produtos passam a ser redistribuídos, com uma margem maior na sociedade.

Conforme afirma Prado *et al* (2013), “a agricultura familiar ainda é a forma predominante de produção agrícola em várias regiões do Brasil, sendo essencial para a economia de vários municípios”.

Esta é uma opção viável para a resolução de problemas, como o desemprego, a fome e a desnutrição, proporcionando o desenvolvimento sustentável e a geração de emprego e renda no meio rural. O suporte de políticas públicas fortalecidas pelo apoio local pode transformar a agricultura familiar em uma grande potência de desenvolvimento descentralizado, voltado para a sustentabilidade (SANTOS, 2001).

A demanda crescente de produtos agrícolas proporciona a sustentabilidade do agricultor rural, que desde muito tempo sofre com a falta de espaço no meio socioeconômico. De acordo com o Portal Brasil (2014), “no país, a agricultura familiar representa 84% de todas as propriedades rurais, empregando pelo menos cinco milhões de famílias, contudo, essa modalidade agrícola ocupa apenas 24,3% do total da área utilizada por estabelecimentos agropecuários”.

Ainda há muito para melhorar, mas as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar fortalecem e enriquecem cada vez o desejo dos agricultores familiares permanecerem, neste ramo de trabalho que a cada dia que passa vai se consolidando.

3 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)

Com mais de 60 anos de existência, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, atende os alunos de toda a rede pública da educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias (conveniadas com o poder público), contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento

escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta de refeições e de ações de educação alimentar e nutricionais.

O Programa é regido pela Lei nº 11.947, de 16/6/2009 e Resoluções do FNDE. Tais legislações possibilitaram a expansão do atendimento de alimentação escolar a todos os alunos da educação básica brasileira (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos – EJA); o desenvolvimento de ações de educação alimentar e nutricionais de forma transversal no projeto político pedagógico das escolas; e a participação de agricultores familiares como fornecedores de alimentos para as escolas por meio da obrigação de que toda prefeitura/secretaria estadual de educação invista 30% dos recursos federais da alimentação escolar à compra de produtos diretamente da agricultura familiar, medida que promove a inclusão de alimentos produzidos perto das escolas, estimulando circuitos curtos de comercialização e o desenvolvimento local e sustentável das comunidades.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar abrange a população rural com o investimento dos 30% dos recursos federais, que são destinados aos agricultores rurais, assim sendo, trás benefícios diretos para a sociedade, tanto quanto para os alunos por meio da merenda escolar, quanto para os trabalhadores rurais que evitam o êxodo rural e se mantêm constantes e estáveis no campo.

O PNAE tem caráter suplementar à educação, como prevê o artigo 208, incisos IV e VII, da Constituição Federal, e é executado por meio de repasses financeiros aos entes federados (estados, DF e municípios) em 10 parcelas anuais, com base no Censo Escolar realizado no ano anterior ao do atendimento.

O Programa é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade civil, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público.

Nesse sentido, para facilitar a inserção dos agricultores familiares no PNAE, o FNDE regulamenta a utilização da Chamada Pública, procedimento administrativo voltado à seleção de proposta específica para aquisição de gêneros alimentícios provenientes da Agricultura Familiar e/ou Empreendedores Familiares Rurais ou suas organizações para o PNAE, dispensando-se, nesse caso, o procedimento

licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência) sejam cumpridos, e os alimentos atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria.

Desse modo, a Chamada Pública visa respeitar a lógica de organização e produção dos agricultores familiares, pois valoriza a pequena produção mais próxima de quem consome o produto, que, neste caso, são os estudantes das escolas, bem como considera o modo de organização das populações que vivem exclusivamente da agricultura familiar.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem como objetivo “contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo” (BRASIL, 2009).

3.2 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Buriticupu

Segundo Oliveira e Baccarin (2018), “a agricultura familiar era vista de forma secundária no que se refere ao desenvolvimento de políticas públicas, mas com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (PRONAF), do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), surgiu uma nova perspectiva para a agricultura familiar no Brasil”.

Costa *et al.* (2015) “consideram que as políticas públicas governamentais de compra voltadas aos pequenos produtores têm sido pensadas como uma forma de inclusão produtiva, de mudança para uma alimentação mais saudável, trazendo duplo benefício garantem que o consumo alimentar seja seguro, por meio da fiscalização dos alimentos, e promovem a produção local”.

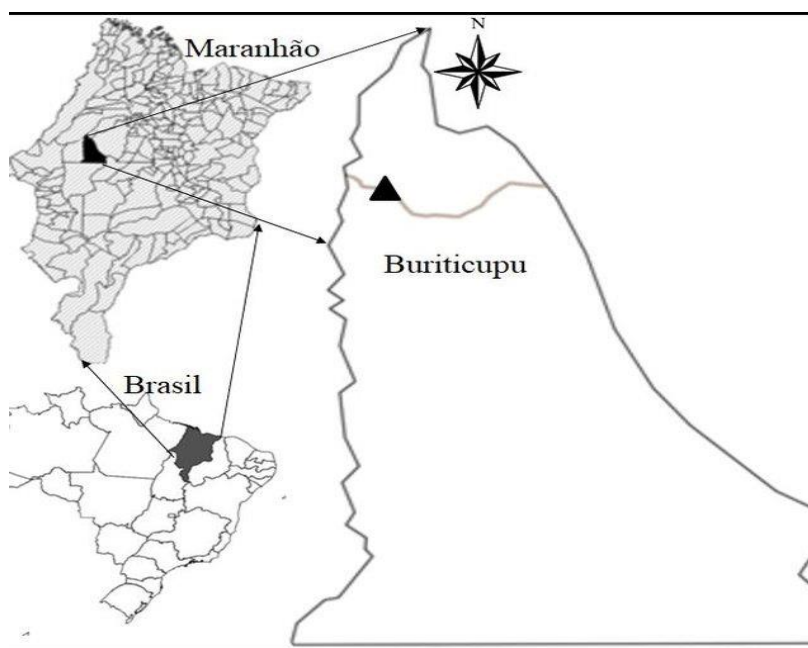
Em 2015 foi criada no Maranhão a Secretaria de Estado da Agricultura Familiar (SAF), visando o apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar, o combate à pobreza rural, a facilitação do acesso ao crédito e aos instrumentos de assistência técnica, a inclusão social dos beneficiários dos processos de ordenamento e reordenamento agrário, a promoção da cidadania no campo e a regularização fundiária das terras públicas, além de oferecer ins-

trumentos de melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares do Maranhão (SAF, 2020)

O PNAE em Buriticupu iniciou em 2013 com 14 produtores e segundo dados da Secretaria Municipal de educação no ano de 2019 já atende a 365 produtores rurais cadastrados, sendo que cada produtor faz parte de um núcleo familiar, assim, estima-se que quase 1.500 pessoas são beneficiadas pelo Programa. Com a Lei nº 11.947, de 16/6/2009, 30% do valor repassado pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar, medida que estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades. O município de Buriticupu em 2019 estava constituído de 17 assentamentos, provenientes da “Reforma Agrária”, dentro do Programa segundo a Secretaria Municipal de Educação em 2019, eram atendidos de 4 a 5 assentamentos como a PE. Buriti, Vila União Portugal, PE. Pindaré, PE. Vila Santa Maria. Dentro dos espaços dos assentamentos existem as Agrovilas, como a PA410 do assentamento PE. Buriti que participa do programa. O PNAE possibilita a participação dos produtores rurais através da chamada pública feita pelo município e assim os produtores que estão cadastrados e tem a produção de acordo com o cardápio da alimentação escolar, que é discutido e aprovado no pleno do Conselho Municipal da Alimentação Escolar, podem concorrer e passar a fornecer seus produtos para o município.

A Secretaria Municipal de Educação trabalha de acordo com as diretrizes da lei, então para ser cadastrado no PNAE, é necessário que a pessoa resida em um espaço denominado assentamento; ser produtor rural; ter sua demanda produzida de acordo com o cardápio escolar; e estar de acordo com o que as exigências da Lei quanto a ser um produtor rural pertencente a Agricultura Familiar. A Secretaria Municipal de Agricultura faz todo o acompanhamento e oferece o suporte técnico necessário para garantir a participação do produtor rural sem a presença de um atravessador e assegurar que a renda do programa atenda diretamente a família do agricultor familiar. É feito um mapeamento, através dos critérios, para saber quais os produtores rurais atendem os quesitos do programa e se a quantidade produzida consegue suprir a demanda da alimentação escolar.

Figura 1 – Mapa de localização do município de Buriticupu, Maranhão.



A ocupação regional é decorrente do povoamento da pré-Amazônia, no início da década de 1970, fruto da implantação, pelo governo do Estado, de um projeto de colonização para assentamentos de trabalhadores rurais na região. No entanto, desde os anos 1980, esta vem sendo palco de conflitos constantes entre grandes fazendeiros, cuja produção de grãos, como milho e soja, provoca impactos ambientais, e pequenos agricultores familiares (MATOS; ARAÚJO,2019).

“Os assentamentos foram resultado de um plano de criação de colônias agrícolas pelo Governo Federal, visando a distribuição de títulos de posse de terras devolutas. Como esse plano gerou vários conflitos sociais, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) passou a elaborar novas diretrizes que favorecessem a ocupação dessas terras”. (MARANHÃO, 2020).

Dessa forma, é importante ressaltar que o programa nacional de alimentação escolar (PNAE), em Buriticupu tem um grande papel dentro da economia, já que grande parte da população reside na zona rural. Assim, o trabalhador rural desde a chegada do programa em Buriticupu, ganhou força e principalmente apoio para continuar a produção e assim evitar o êxodo rural, permanecendo no campo e garantindo a sustentabilidade familiar. O PNAE trouxe sustentabilidade e estabilidade aqueles que participam do programa e esperança aqueles que ainda podem participar.

4 METODOLOGIA

A metodologia é caracterizada quanto aos objetivos, como de cunho exploratório-descritiva, utilizando procedimentos técnicos de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e levantamento, com a interrogação direta dos coordenadores do PNAE, através de entrevista, com uma abordagem quali-quantitativa. A pesquisa será aplicada através de entrevista ao Coordenador do PNAE em Buriticupu na Secretaria Municipal de Educação que atende aos beneficiados pelo programa no município.

Na primeira etapa foram realizadas pesquisas bibliográficas acerca do tema a fim de demonstrar a opinião de autores sobre as políticas públicas, com ênfase no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e agricultura familiar, o histórico sobre as (PP), e como elas vem alcançando uma melhor visibilidade no cenário socioeconômico aos agricultores familiares. E pesquisa documental com análise de documentos da Secretaria Municipal de Educação de Buriticupu-MA com informações acerca da execução do PNAE no município até o ano de 2019, com o objetivo de reunir as informações e dados que servirão de base para a construção da investigação proposta.

Na segunda etapa foi realizada a entrevista com o coordenador do programa na Secretaria Municipal de Educação, Flávio Pereira de Oliveira, com o objetivo de caracterizar a atuação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município, e analisar os seus impactos no município de Buriticupu até o ano de 2019.

Após a realização da entrevista, na última etapa, será realizada uma análise qualitativa da pesquisa e discussão dos resultados com interpretação das informações coletadas através da entrevista, análise de documentos e pesquisa bibliográfica.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo remete os resultados e fatos do estudo sobre os impactos do programa nacional de alimentação escolar (PNAE) no município de Buriticupu até o

ano de 2019. A pesquisa mostra a importância das políticas públicas para a agricultura familiar dentro do PNAE e também a importância dentro da sociedade como norteadora e regulamentadora. O PNAE trouxe muitos impactos positivos para Buriticupu, o crescimento de emprego para os trabalhadores rurais, a segurança e estímulo alimentar saudável para os alunos da rede pública, o aumento da economia no município e claro a estabilidade do produtor rural.

Os impactos que o programa trouxe ao município de Buriticupu desde 2013 são positivos, o trabalhador do campo que está inserido no programa tem a ciência que não há necessidade do êxodo rural como antes, é possível viver e viver bem.

Assim, o PNAE iniciou com 14 produtores em 2013 e em 2019 são atendidos 365 produtores da Agricultura Familiar, cadastrados na Secretaria Municipal de Educação e na Secretaria Municipal de Agricultura, sendo que cada produtor faz parte de um núcleo familiar, assim, estima-se que quase 1.500 pessoas são beneficiadas pelo Programa.

Os principais efeitos na Agricultura Familiar no município a partir da implantação do PNAE para os alunos das escolas municipais é o combate à insegurança alimentar nutricional com a oferta de produtos oriundos da Agricultura Familiar. Para os produtores rurais a geração de trabalho e renda, que é um impedimento para o fenômeno do êxodo rural. Pela produção feita a partir do programa são efeitos significativos, já que a agricultura familiar muitas vezes se torna limitada pela falta de incentivo dos entes federativos, como a questão de pouco acesso ao crédito e pouca industrialização dos meios de produção, onde o trabalho ainda é muito artesanal. A partir do programa, por exemplo, muitas famílias conseguiram comprar seu próprio transporte, já que residem em locais de difíceis acessos, outros já conseguiram melhorar sua produção com aquisição de freezer pra conservar seus produtos. Dessa forma o PNAE está conseguindo seu objetivo de melhorar a qualidade de vida e incentivar a produção dos produtores rurais, pois estes têm a segurança de produzir já sabendo que terão os compradores e uma renda mensal para manutenção de sua propriedade e da família.

Os principais benefícios do PNAE para a Secretaria Municipal de Educação, estão, a permanência dos alunos nas escolas, pois o aluno matriculado precisa de meios que o ajude a permanecer escola e a alimentação escolar garante isso, sendo

que no município ainda tem uma pobreza extrema fazendo com que muitas crianças vão para a escola sem alimentação e a garantia da merenda escolar faz com que a criança alcance o aprendizado e evita a evasão escolar.

Os resultados da pesquisa são, portanto, de grande interesse e relevância para a melhor compreensão dos resultados da política pública junto à agricultura familiar, para os agricultores beneficiados conhecerem mais sobre a política pública, para a Prefeitura Municipal de Buriticupu, que viabiliza o programa, analisar melhor seus efeitos e para o espaço acadêmico que terá oportunidade de discutir os resultados da política pública na agricultura familiar contextualizando com a história do município.

O município de Buriticupu em 2019 é constituído de 17 assentamentos, provenientes da “Reforma Agrária”, dentro do Programa são atendidos de 4 a 5 assentamentos como a PE. Buriti, Vila União Portugal, PE. Pindaré, PE. Vila Santa Maria. Dentro dos espaços dos assentamentos existem as Agrovilas, como a PA410 do assentamento PE. Buriti que participa do programa. O PNAE possibilita a participação dos produtores rurais através da chamada pública feita pelo município e assim os produtores que estão cadastrados e tem a produção de acordo com o cardápio da alimentação escolar, que é discutido e aprovado no pleno do Conselho Municipal da Alimentação Escolar, podem concorrer e passar a fornecer seus produtos para o

Os resultados dos impactos do programa nacional de alimentação escolar em Buriticupu, garante aos incentivadores do programa a certeza, de como essa política pública cada vez mais vem crescendo na rede pública, de forma a contribuir positivamente no cenário socioeconômico nacional.

Assim, a política pública PNAE em Buriticupu impacta diretamente na vida socioeconômica dos agricultores rurais que fazem parte do programa e dos alunos beneficiados que garantem à alimentação em caráter suplementar a educação, tornando-se assim pessoas com hábitos alimentares saudáveis, valorizando a produção e a economia local.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo fala sobre os impactos do programa nacional de alimentação escolar PNAE em Buriticupu até o ano de 2019. Os resultados demonstram os impactos positivos, ascensão dos trabalhadores rurais, alimentação escolar como caráter complementar a educação e a redução do êxodo rural dos trabalhadores desde a implantação do programa em 2013 no município de Buriticupu. O estudo demonstra que as políticas públicas fazem parte do cotidiano e que estão inseridas na vida da sociedade, basta saber onde procurar e por quem chamar para ser ouvido e assim, aproveitar os benefícios que podem ser ofertados diretamente para todos

Vale ressaltar que as políticas públicas são direitos de todos sem exceção, e que a agricultura familiar era vista como de forma secundária no que se refere ao desenvolvimento de políticas públicas, desde muito tempo os agricultores sofriam com a falta de oportunidades, mas com a criação de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, o agricultor rural pode enfim ter estabilidade para voltar ao campo. No que diz respeito ao PNAE, o programa tem grande importância para a alimentação escolar, dos recursos financeiros advindos do FNDE, no âmbito do PNAE, ao menos 30% deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar, a alimentação escolar garante, qualidade com alimentos saudáveis diretamente do campo, ajudando a formar cidadãos de bem, contribuindo diretamente aos alunos e aos trabalhadores rurais

Ademais, grande parte da população de Buriticupu reside na zona rural, o que significa que muito dos trabalhadores tem a sua renda diretamente do trabalho no campo. O que afirma que o PNAE impacta diretamente na vida dessas pessoas que contribuem na economia de Buriticupu por meio da renda do campo

Com isso, os impactos do programa nacional de alimentação escolar em Buriticupu até o ano de 2019, afirma a importância desta política pública na economia do município, o que resulta que os trabalhadores rurais necessitam do programa para a sua sobrevivência. O programa trouxe sustentabilidade econômica aos trabalhadores rurais, diversidade e qualidade no cardápio escolar e a certeza do

bom resultado socioeconômico que esta política pública trouxesse ao município.

Referências

ALMEIDA, M.G.; CAMPOS, L.C. Políticas públicas destinadas aos agricultores familiares no Brasil. Revista Cidadania, Maranhão, v.1, n.5, 2018.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Presidência da República, Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm>. (acesso em: 04/12/2023)

Buriticupu – História e Fotos. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ma/buriticupu.html>. (acesso em: 23/03/2023)

BUCCI, Maria Paula Dallari. Direito administrativo e políticas públicas. São Paulo: Saraiva, 2002.

CUNHA, Wellington Alvim da; REITAS, Alan Ferreira de; SALGADO, Rafael Junior dos Santos Figueiredo. Efeitos dos Programas Governamentais de Aquisição de Alimentos para a Agricultura Familiar em Espera Feliz-MG, Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília-DF, v. 55, n. 03, p. 427-444, 2017. ISSN 1806-9479. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1234-56781806-94790550301>. (acesso em: 28/03/2023)

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Aquisição de produtos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-eixos-de-atuacao/pnae-agricultura-familiar>. (acesso em: 10/03/2023)

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Sobre o PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/pnae>. (acesso em: 30/04/2023)

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população - 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/buriticupu/historico>. (acesso em: 30/04/2023)

JUNQUEIRA, Clarissa Pereira; LIMA, Jandir Ferrera de. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. Semina: Ciências Sociais e Humanas, Londrina, v. 29, n. 02, p. 159-176, jul/dez, 2008. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/5469>. (acesso em: 04/08/2023)

JUNQUEIRA, Clarissa Pereira; LIMA, Jandir Ferrera de. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. *Semina: Ciências Sociais e Humanas*, Londrina, v. 29, n. 02, p. 159-176, jul/dez, 2008. Disponível em: <http://buscajuventude.ibict.br:8080/jspui/handle/192/207>. (acesso em: 04/08/2023)

Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Presidência da República, Brasília, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. (acesso em: 07/12/2023)

LIMA, Jandir Ferrera de; PITAGUARI, Sinival Osorio. As ideias keynesianas e o crescimento do produto nas economias locais. *Interações. Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, nº 10. Campo Grande: UCDB, 2005. Disponível em: http://www3.ucdb.br/mestrados/RevistaInteracoes/interacoes_n_10.pdf. (acesso em: 04/12/2023)

MARANHÃO. Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento - SEPLAN. Regiões de Planejamento. 2008. Disponível em: https://seplan.ma.gov.br/files/2013/02/reginalizacao_MA_2007.pdf. (acesso em: 04/12/2023)

MATOS, J.S.; ARAÚJO, J.R.G. Assentamentos rurais no Maranhão: Territorialização ou (des) organização da produção familiar. *Revista Outros Tempos*, São Luís, v.2, n.1, 2019. Disponível em: <http://www.outrostempos.uema.br>. (acesso em: 04/12/2023)

MDA (Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário). O que é agricultura familiar. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/o-que-%C3%A9-agricultura-familiar>. (acesso em: 04/02/2024)

OLIVEIRA, A. de A. et al. Identidade Territorial e Agricultura Familiar no Município de Rolim de Moura (RO). *REDES: Revista do Desenvolvimento Regional*, v. 23, n. 3, p. 291-316, 2018.

OLIVEIRA, B.C.; BACARIN, M.A. Agricultura familiar no nordeste. *Revista Rural, Fortaleza*, v.3, n.5, 2018.

PRADO, Tatiana Resende; et al. Agricultura familiar na alimentação escolar: estudo de caso em dois municípios de Minas Gerais. *Nutrire: Revista da Sociedade Brasileira de Alimentação Nutricional*. São Paulo, SP, v. 38, n. 3, p. 256-268, dez. 2013. Disponível em: www.revistanutrire.org.br/files/v38n3/v38n3a05.pdf. (acesso em: 04/12/2023)

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU. Dados sobre o censo agropecuário do município de Buriticupu. 2020. Disponível em: <http://www.buriticupu.ma.gov.br/pdf>. (acesso em: 09/04/2024)

PREFEITURA DE BURITICUPU-MA. SEMED - Secretaria Municipal de Educação. Coordenação local do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), 2019.

SARAIVA, Enrique e FERRAREZI, Elisabete. Políticas públicas. ENAP, 2007. Disponível em: http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3132/1/Coletanea_pp_v1.pdf. (acesso em: 04/11/2023)

SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR E COOPERATIVISMO. O que é a agricultura familiar? Brasília, 6 set. 2016. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/o-que-%C3%A9-agricultura-familiar>. (acesso em: 10/12/2023)

Sobre o PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar. Disponível em: <https://www.fn-de.gov.br/programas/pnae>. (acesso em: 04/12/2023)

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez, 2006.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez. 2006, p. 20-45. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. (acesso em: 04/12/2023)